

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO CERRADO GOIANO: as transformações no espaço agrário

Juniele Martins Silva¹
junielemartins@yahoo.com.br

Estevane de Paula Pontes Mendes²
estevaneufg@gmail.com

Resumo: Com a expansão da modernização da agricultura em praticamente todo o território nacional, a partir da década de 1970, o Cerrado goiano também passa por transformações. Nesse sentido, propõe-se analisar a modernização da agricultura no Cerrado, enfatizando os principais programas e políticas e, ainda, as consequências para os agricultores familiares. Para a realização do trabalho foi feita uma pesquisa teórica da temática: processo de modernização da agricultura no Brasil e no Cerrado e agricultura familiar. Os principais programas de incentivos e investimentos no estado foram os Programas de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e os Programas de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

Palavras-chave: Modernização da agricultura. Cerrado Goiano.

AGRICULTURAL MODERNIZATION IN THE CERRADO OF GOIÁS STATE: the transformations in the agrarian space

Abstract: Through the expansion of agricultural modernization in practically all the national territory, from the decade of the 1970, the Cerrado of Goiás state also undergoes transformations. In this sense, proposing to analyze the agricultural modernization in the Cerrado, emphasizing the main programs and politics and, also, the consequences for the family farmers. To the realization of the article, was made a theoretical research of thematic: the process of agricultural modernization in Brazil and in the Cerrado and familiar agriculture. The principal incentives programs and investment in Goiás state were the Programs of Cerrados Development (POLOCENTRO) and the Programs of Nipo-Brazilian Cooperation for Development of Cerrados (PRODECER).

Key-words: Agricultural modernization. Cerrado of Goiás state.

Introdução

Com a expansão da modernização da agricultura em praticamente todo o território nacional, a partir da década de 1970, o Cerrado goiano também passa por transformações. Os principais fatores que contribuíram para a modernização da agricultura no Cerrado Goiano foram as áreas planas, o rodoviarismo, e a construção de Goiânia e Brasília (DF).

¹ Mestre em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq).

² Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq).

Nesse sentido, propõe-se analisar a modernização da agricultura no Cerrado, enfatizando os principais programas e políticas e, ainda, as consequências para os agricultores familiares, principalmente, a partir década de 1970. Para a realização deste foi feita uma revisão teórico-conceitual sobre a temática. O interesse pela temática surgiu no ano de 2007, no desenvolvimento do projeto de pesquisa (PIBIB/CNPq/UFG) “Agricultura familiar no Cerrado: a comunidade Cruzeiro dos Martírios, no município de Catalão (GO).”

Com o processo de modernização da agricultura no Cerrado Goiano e conseqüentemente no município de Catalão (GO), os agricultores familiares passaram a enfrentar dificuldades de inserção no mercado. Pois, os investimentos e políticas passaram a ser destinadas aos detentores de capital, sendo que os agricultores familiares ficaram a margem das políticas. Assim, a modernização da agricultura pode ser considerada excludente e conservadora.

Agricultura familiar e modernização tecnológica no campo

A agricultura familiar possui grande importância para a economia brasileira, pois tem a capacidade de produzir gêneros alimentícios para o mercado interno, além de suprir as necessidades do grupo familiar. Entretanto, com a expansão do sistema capitalista na agricultura brasileira a partir, principalmente, de 1960 e, conseqüentemente, com o processo de modernização, a situação dos pequenos produtores se agravou, deve-se considerar que esse processo foi seletivo e excludente.

Mendes (2005) afirma que as unidades produtivas rurais, baseadas no trabalho familiar, enfrentam graves problemas por estarem subordinadas a uma estrutura concentrada da propriedade da terra e dos mercados no Brasil. Sendo que essa situação não apresentou modificações com as transformações dos processos produtivos a partir dos anos de 1960, como resultado da expansão do capitalismo no campo.

Com a implantação do sistema econômico capitalista estabelece-se novas formas de apropriação dos meios de produção e do trabalho. Assim, a expansão do capitalismo impõe condições de desigualdade, de diferenciação e apóia seu desenvolvimento, sua existência e reprodução nesse movimento. A tendência da agricultura capitalista era o estabelecimento de uma aliança entre a ciência e os negócios, sugerindo uma contabilidade científica e comercial, em que agricultura passaria a necessitar constantemente de capital.

A modernização da agricultura brasileira, propiciada pela implantação do sistema econômico capitalista, modificou as relações dos pequenos produtores baseadas essencialmente na família, terra e trabalho e acirrou as dificuldades de inserção no mercado. Com a expansão do setor mercantil de alimentos não seria viável investir em pequenas propriedades. Assim os incentivos em créditos e

pesquisas foram direcionados, em grande parte, para a agricultura empresarial moderna.

Nessa perspectiva, as grandes explorações, capazes de absorver os recursos tecnológicos e demais insumos agrícolas e, fundamentadas no trabalho assalariado, seriam o modelo de propriedade adequada para atender ao crescimento da atividade industrial e da população urbana, conjugando uma oferta regular e em larga escala de matérias-primas e alimentos (MENDES, 2005, p. 36).

Sobre esse assunto Moreira (1999), em sua análise sobre os determinantes da acumulação do capital industrial sobre a agricultura familiar, pondera que dentro da agricultura está a modernização parcial, que estimula o uso de técnicas mais intensivas em capital nos produtos de exportação e na matéria-prima industrial. Assim, a modernização favoreceu as grandes propriedades, que são capazes de produzir matéria-prima e produtos para a exportação. Moreira (1999, p. 37) afirma, ainda, que “[...] o tipo de modernização tecnológica pelo qual passou e passa a agricultura brasileira se acelerou em meados dos anos 1960 e atingiu o seu apogeu na década de 1970.”

Como afirma Kautsky (1972), em estudo em 1880, sobre os camponeses franceses, a exploração agrícola moderna é impossível sem dinheiro, sem capital, tornando-se uma exploração capitalista. A agricultura para se desenvolver tecnicamente e economicamente é necessário dinheiro. Esse processo caracteriza uma estreita aliança da ciência e dos negócios, o que caracteriza todo o sistema de produção moderna.

Tedesco (2001), em sua análise da Encosta Superior do Rio Grande do Sul, marcada pela presença de agroindústrias, acredita que a modernização da agricultura foi viabilizada pelo Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), criado no final da década 1960 e início de 1970 e visava modernizar a agricultura elevando a produção e a produtividade, no qual modificou a agricultura tradicional com a implantação intensiva de insumos modernos. A partir desse período, a agricultura passou a fornecer matérias-primas e tornou-se mercado consumidor de insumos e máquinas modernas. Coube ao Estado viabilizar a infra-estrutura e o sistema de créditos, favorecendo a capitalização e a lucratividade da grande propriedade.

Uma das transformações na agricultura brasileira foi a expansão do setor mercantil de alimentos, que promoveu modificações em sua estrutura interna, pois com as propriedades voltadas para o mercado houve a especialização da produção nas grandes propriedades. Sobre a abertura de mercado, Candido (1998) e Graziano da Silva (1999), ressaltam que foi um dos fatores que agravou a situação dos pequenos proprietários, com a entrada de bens de consumo até então desconhecidos nas áreas rurais.

A respeito dessa situação, Candido (1998), em seu estudo sobre os meios de vida de um agrupamento de caipiras no município de Bofete (SP) entre os de 1948 e 1954, em que procurou compreender os aspectos da cultura, a partir da realidade econômica dessa população, afirma que os produtores passaram a ter novas necessidades, criando ou intensificando os vínculos com as cidades o que contribui para a destruição de sua autonomia e ligando-o ao ritmo da economia geral, em contraste com sua economia particular, baseada na subsistência. Esse processo favoreceu para modificar as relações de trabalho desses produtores, uma vez que o aumento da dependência em relação aos centros urbanos ocasionou em um desligamento relativo em relação ao meio natural, o que conseqüentemente viabiliza a aceleração do ritmo de trabalho. O autor ainda afirma que:

Hoje, a dimensão econômica avultou até desequilibrar a situação antiga. A expansão do mercado capitalista não apenas força o caipira a multiplicar o esforço físico, mas tende a atrofiar as formas coletivas de organização do trabalho (mormente ajuda mútua), cortando as possibilidades de uma sociabilidade mais viva e de uma cultura harmônica (CANDIDO, 1998, p. 169).

Com o processo de modernização tecnológica em curso, as condições de sobrevivência dos pequenos produtores agravaram-se. Esses produtores passaram a enfrentar dificuldades de inserção no mercado, diante da instabilidade promovida, tanto pelos processos sociais quanto econômicos, como disponibilidade de terras para uso de máquinas, condições naturais adversas, policultura, poucos recursos para investimentos e tamanho da família, dificultando a modernização tecnológica dessas unidades.

A partir da década de 1970, a agricultura brasileira foi submetida a consideráveis modificações, envolvendo diversos aspectos, como relação de trabalho, padrão tecnológico, distribuição espacial da produção, relações intersetoriais - com a formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) - subsídios e demais intervenções estatais. O caráter socialmente excludente dessas transformações, viabilizado pelas políticas agrícolas e agrárias, alterou significativamente o nível tecnológico das explorações, porém, ampliou a concentração da propriedade da terra, provocando, conseqüentemente, a expressiva expulsão do trabalhador rural e/ou impedindo a continuidade da profissão paterna.

Para Graziano da Silva (1999), em análise sobre a questão agrária, a partir do período de 1970, o desenvolvimento do capital no campo intensifica o processo de expropriação em curso da pequena produção, implicando na redução de sua importância enquanto fornecedora de mão-de-obra para os estabelecimentos agropecuários capitalistas e, também, fornecedora de alimentos e matérias-primas baratas para a sociedade. Para o autor, as transformações capitalistas na agricultura têm por objetivo aumentar a produtividade do trabalho.

Nota-se que os agricultores baseados no trabalho familiar passaram a enfrentar dificuldades quanto ao aparato tecnológico disponível, considerando que as grandes máquinas e equipamentos revelam a valorização de maiores escalas produtivas. Acrescenta-se que o sistema de créditos, a pesquisa e a extensão rural são direcionados, em sua maioria à agricultura empresarial moderna.

Assim os produtores que encontram dificuldades em adotar os padrões de tecnologia exigidos pelo novo padrão de produção não tem condições de concorrer no mercado, pois seu produto passa a valer menos e sua produtividade é inferior as exigências vigentes, ocorrendo a transferência da produtividade para as agroindústrias.

Para Moreira (1999), o processo recente da modernização da agricultura e, conseqüentemente, o processo de constituição e diferenciação das classes sociais no campo, são movidos, principalmente, pelo avanço do capital. Para o autor, esse avanço tem-se manifestado pela modernização de certas produções em algumas áreas específicas e ao mesmo tempo mantêm certas características da estrutura de produção antiga, e outras ainda são adaptadas às novas condições. Nesse sentido, a modernização tem marcado as transformações da agricultura, com um caráter desigual e diferenciado e por esse motivo tem sido denominada de modernização conservadora, o que explica a exclusão social dos trabalhadores rurais.

Com a modernização tecnológica, propiciada pela implantação do sistema econômico capitalista, houve bruscas transformações no espaço agrário brasileiro com um aumento da concentração da propriedade das terras e dos mercados, aumentando as dificuldades de integração dos pequenos produtores no mercado. Essas transformações ocorreram também no espaço agrário do estado de Goiás. Esse processo no Estado de Goiás foi favorecido pelos incentivos e investimentos para que houvesse o desenvolvimento da agricultura moderna.

Transformações no espaço agrário de Goiás e no município de Catalão (GO)

Com a expansão da modernização da agricultura em praticamente todo o território nacional, a partir da década de 1970, o Cerrado goiano também passa por transformações. Os principais fatores que contribuíram para a modernização da agricultura no estado de Goiás foram as áreas planas, o rodoviarismo, e a construção de Goiânia e Brasília (DF). Os principais programas de incentivos e investimentos no estado foram os Programas de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e os Programas de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

Até a década de 1970, predominou a idéia que o Cerrado não possuía capacidade de produção agrícola que atendesse aos interesses comerciais. Nesse sentido, as principais atividades da região eram a pecuária extensiva e o

extrativismo, principalmente, de madeira para a produção de carvão. A partir desse período as políticas públicas de incentivo ao setor agropecuário que favoreceram os avanços tecnológicos, aos quais possibilitaram novas formas de exploração do Cerrado foram implementadas.

Mendonça (2004), em estudo sobre o Cerrado do Sudeste Goiano, a partir do capital e do trabalho, ressalta que os principais fatores econômicos e políticos que expressam a opção de ocupar o centro-norte do país, dando prioridade para as áreas do Cerrado, foram: a construção de Goiânia em 1950, o rodoviarismo e a construção de Brasília em 1960. As transformações espaciais decorrentes dessas investidas, construção das ações políticas, econômicas, sociais e culturais, com o intuito de implementar as atividades modernizantes na agropecuária, culminaram em novas paisagens nas áreas do Cerrado.

O Cerrado se apresenta como uma importante região pecuária, onde existem unidades relativamente modernas e eficientes, e outras fazendas de criação extensiva que empregam métodos rudimentares e apresentam baixa produtividade. Houve um crescimento no período de 1970 até 1985, em que as pastagens passaram de 8,7 milhões a 31 milhões de hectares. A densidade de bovinos da região nesse período mais do que dobrou, passando de 10,7 cabeças/km² em 1970 para 24,5 cabeças/km² em 1985, conforme dados da WWF (1995, p. 8).

A partir de 1970, o Cerrado passa a ser incorporado gradativamente ao processo de modernização, pois torna-se atrativo para a produção de soja, uma vez que nesse período amplia-se a demanda pelo produto nos mercados internacionais. Essa agricultura comercial moderna foi favorecida pela demanda de produtos agrícolas, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas políticas agrícolas gerais de desenvolvimento regional. O Cerrado passa a ter uma alta produtividade, exportando excedentes consideráveis para o país e para o exterior. Neste sentido, Mendonça (2004) expõe que a:

[...] modernização da agricultura foi um esforço conjunto do Estado e de grupos empresariais nacionais e internacionais para transformar “as terras improdutivas” do Cerrado em celeiros agrícolas do país, mediante a utilização de fartos créditos, de subsídios para a importação de insumos e implementos agrícolas e da adoção de novas tecnologias (MENDONÇA, 2004, p. 233).

O crédito agrícola subsidiado exerceu grande influência para essa expansão agropecuária, constituindo um pilar da política agrícola no país, e favorecendo os agricultores mais modernos e politicamente mais influentes. Percebe-se, que o Estado fez investimentos em infra-estruturas, pesquisas agrônômicas e programas de crédito especiais (MENDES, 2007).

O Estado de Goiás, desde o fim de 1950 e início dos anos de 1960, é submetido ao processo orientado pelas políticas de modernização agropecuária e pela política de integração do território nacional, o que configurou um novo modelo

de modernização agrícola subsidiado pelo Estado e direcionado para a grande propriedade e para a agroindústria. Mas os objetivos começaram a ser alcançados no final da década de 1970 e início da década de 1980 quando setores foram sendo absorvidos por esse processo, tais como: as relações sociais de trabalho, o padrão tecnológico, a distribuição espacial da produção, as relações intersetoriais com a formação do complexo agroindustriais e a inserção estatal.

Esse processo contribuiu para agravar a questão social no campo, principalmente, as condições de sobrevivência da agricultura familiar. Para Mendes (2005), as mudanças na base técnica da agricultura goiana contribuíram para o aumento da produtividade do trabalho e a substituição gradual das relações de trabalho, como a parceria, o arrendamento pela utilização do trabalhador temporário, promovendo o agravamento dos problemas sociais no campo através do aumento da concentração das propriedades rurais e, concomitantemente, o processo migratório. O meio urbano, o mercado consumidor e de insumos agrícolas e as inovações tecnológicas orientam as condições da produção agropecuária, sugerindo uma mudança no perfil do produtor rural e uma crescente transferência setorial da renda agrícola para os setores urbanos.

Até a década de 1980, a economia goiana apresentava uma estrutura produtiva deficiente em termos de formação de capital e, principalmente, de infraestrutura. A fronteira agrícola abriu-se definitivamente, para o Centro-Oeste, a partir de então, com a implantação das medidas de incentivo que se assentavam no crédito subsidiário e na isenção de imposto de renda sobre as atividades agrícolas. As políticas e os programas governamentais de ação direta sobre a região foram o POLOCENTRO e o PRODECER, que ofereciam preços mínimos, subsídio a combustíveis para áreas isoladas e o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para as condições de solo e de clima de região.

O POLOCENTRO foi criado em 1975, sendo bem sucedido em induzir a expansão da agricultura comercial no Cerrado, tratava-se de linhas de crédito fundiário, de investimento e de custeio a taxas de juros fixadas em níveis muito reduzidos e sem correção monetária, beneficiando principalmente fazendeiros, proprietários de médios e grandes estabelecimentos. O PRODECER, criado na década de 1980, constituiu um programa administrado por organizações de direito privado, sendo dirigido por executivos brasileiros e japoneses, isto é, não é um programa governamental. Esse programa possuía recursos financeiros limitados, número de beneficiários reduzidos e estimulava a abertura de terras para o cultivo agrícola (WWF, 1995).

Sobre o assunto, Estevam (2004), em análise sobre o processo de modernização no Estado de Goiás a partir de 1960, considerou tanto o grau tecnológico absorvido e as consequências econômicas e sociais decorrentes. Para o autor, o Estado de Goiás sofreu consideráveis transformações na sua estrutura sócio-produtiva, em decorrência do modelo de desenvolvimento e dos programas

mencionados. O financiamento rural foi um poderoso instrumento de modernização da agricultura, ao possibilitar a incorporação de maquinaria e insumos ao processo produtivo. Para Estevam (2004):

[...] o crédito rural foi um dos instrumentos básicos da modernização agrícola e fortaleceu, de maneira acelerada, o processo de capitalização no campo. Para concessão de financiamento exigia-se certo padrão tecnológico, elevada densidade de capital, monetarização, além de farta aquisição de fertilizantes e outros insumos. A diversidade de linhas de créditos, bem como as taxas de juros subsidiadas, estimularam grande número de interessados a se instalar nos Cerrados (ESTEVAM, 2004, p. 738).

Esse sistema de crédito contribuiu para impulsionar a modernização da agricultura e, conseqüentemente, o aumento das desigualdades no campo, dificultando a vida dos pequenos produtores. Como era necessário possuir aparatos tecnológicos, densidade de capital e aquisição de fertilizantes e insumos, os pequenos produtores ficaram impossibilitados de adquirir algum financiamento que pudesse contribuir para melhoria nas condições de sobrevivência e permanência nas áreas rurais.

Essas transformações no espaço agrário goiano foram direcionadas para as grandes propriedades. No que se refere aos financiamentos percebe-se a preferência pelas médias e grandes propriedades, o que ocasionou uma modernização na região com desigualdades e exclusão quanto às condições de produção.

Esse mesmo processo faz-se presente no município de Catalão (GO), a partir da década de 1980, com o processo de modernização da agricultura, houve uma nova organização do espaço, alterando as formas de produção e as relações de trabalho. Para que a fosse possível a inserção da região no sistema capitalista. Sendo criadas várias condições pelas políticas agrícolas e programas governamentais de ação direta sobre a região, foram subsidiados créditos e isenção de impostos de renda sobre atividades agrícolas.

Os programas que mais destacaram na região foram o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional (PRODECER-JICA). Com essas novas políticas de integração da região no circuito nacional de produção, houve um crescimento das áreas dos estabelecimentos agropecuários e uma crescente utilização de insumos, proporcionando a inserção da região em um patamar técnico.

O processo de modernização da agricultura no município, além de contribuir para a concentração fundiária, mudou a base técnica e as relações sociais de trabalho, fomentando a inserção do município no circuito de acumulação capitalista. O incremento de novas técnicas de produção e de equipamentos no

setor agropecuário resultou na elevação da produtividade do trabalho. Com a expansão da fronteira agrícola nesse período, o município de Catalão (GO) adquiriu novas formas organizacionais e produtivas, o que ocasionou bruscas transformações espaciais no município com a expansão da soja em áreas de chapada (relevo plano).

Considerações finais

O grande desafio imposto à reprodução da pequena produção rural refere-se à possibilidade de assegurar rendimentos e melhoria na qualidade de vida a todos os membros das famílias dos produtores rurais. A dificuldade de sobreviver com os recursos que os agricultores familiares dispõem na propriedade, a baixa remuneração do trabalho, a fragmentação da propriedade pela espoliação hereditária, a inserção da agricultura nas relações sociais capitalistas, principalmente, a partir da década de 1980, acentuou consideravelmente a migração da população rural.

Observa-se que o processo de modernização tecnológico implantado no Estado de Goiás, e conseqüentemente no município de Catalão (GO), fez com que houvesse uma acentuada concentração fundiária, o que resultou em dificuldades de reprodução para os pequenos produtores diante da agricultura empresarial moderna, que recebeu a maioria dos incentivos e investimentos por parte do Estado. Esses pequenos proprietários viram-se obrigados a oferecerem parte de suas terras ao arrendamento como forma de complementar sua renda, muitos venderam suas propriedades e foram para a cidade em busca de emprego. Diante desse contexto, os agricultores familiares frente às modificações passaram a ter necessidade da garantia da construção de um território familiar, que seja seu lugar de vida e de trabalho e assegure para as gerações futuras a memória da família.

Financiamentos

Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão (UFG/CAC).

Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq).

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS

AMIM, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 179 p. (Pensamento crítico, v. 15).

BLUM, R. Agricultura familiar: um estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 57-104.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 8. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998. 284 p.

CAUME, D. J. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia: UFG, 1997. 71 p. (Quiron).

ESTEVAM, L. A. A Agricultura tradicional em Goiás. In: PEREIRA, A. A. (Org.). **Agricultura de Goiás**: análise e dinâmica. Goiânia: UCG, 2004. p. 737-746.

FERREIRA, I. M. **O afogar das Veredas**: uma análise comparativa espacial e temporal das veredas do Chapadão de Catalão (GO). 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 115 p. (Primeiros Passos, 18).

KAUTSKY, J. **A questão agrária**. Tradução de João Antunes. Porto: Portucalense, v. I. 1972. p. 221.

MARTINS SILVA, J.; MENDES, E. de P. P. **A agricultura familiar no Cerrado**: a comunidade Cruzeiro dos Martírios no município de Catalão (GO). 2008. 17 f. Relatório (PIBIC - Graduação em Geografia) – Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2008.

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais no município de Catalão. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MENDES, E. de P. P.; JUNIOR, J. C. **As transformações socioespaciais de Goiás**: a incorporação de Goiás ao processo produtivo nacional (século XVIII ao XX). Espaço em Revista. Catalão/GO. v. 7/8, n. 1, p. 33-51. maio. 2007.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 204 p.

SANTOS, R. J. (Re) Ocupação do Cerrado: novas gentes, outras identidades. In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira, 2008. p. 98-136.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 405 p.

_____ **Terra, trabalho e família:** racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 331 p.

WWF (World Wildlife Foundation). **De grão em grão o Cerrado perde espaço:** impactos do processo de ocupação. Brasília: WWF/Fundação